



Carta de

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Secretaria da Coordenação e Planejamento
FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
Siegfried Emanuel Heuser

Conjuntura FEE

ANO 13 Nº 9
Setembro de 2004

Comércio assimétrico com a Argentina

Uma análise do comércio Brasil-Argentina e RS-Argentina de 2000 a 2003 mostra que o saldo comercial com esse país foi sempre deficitário (gráfico). Em 1999, a alteração do regime cambial no Brasil aumentou a competitividade dos produtos brasileiros nos mercados externos e deu início às restrições comerciais impostas pela Argentina. Apesar de esse país, em fins de 2001, ter abolido o regime de conversibilidade com o dólar e desvalorizado sua moeda nos meses subsequentes, essa situação foi acompanhada de uma grande crise interna. E, não obstante a forte recuperação da paridade cambial entre os dois países, o ano de 2002 apresentou a menor corrente de comércio bilateral. A partir de 2003, porém, os fluxos comerciais recuperaram-se, principalmente nas exportações brasileiras para a Argentina, a qual apresentou crescimento generalizado das importações. Enquanto o Brasil aumentou sua participação na pauta importadora da Argentina, esta perdeu representatividade nas importações brasileiras. Essa situação levou a Argentina a questionar os benefícios do processo de integração, aumentando as tensões no comércio, com a adoção de medidas protecionistas unilaterais.

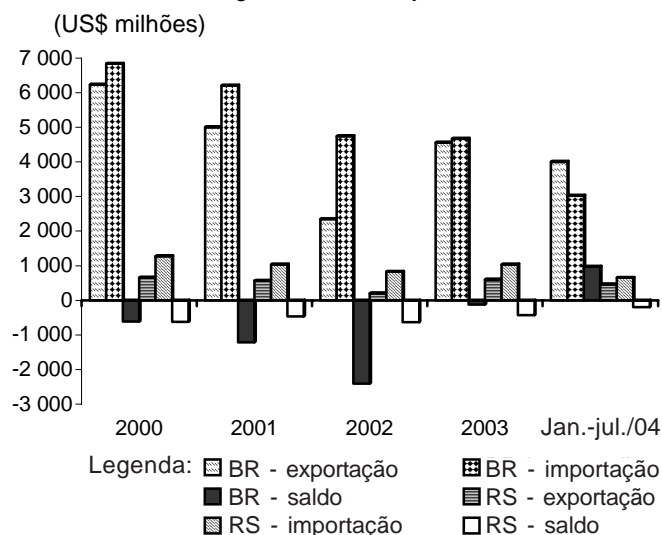
Analisando-se a balança comercial com a Argentina de jan.-jul./04 em relação aos sete primeiros meses de 2003, observa-se que as exportações brasileiras e gaúchas para a Argentina cresceram, respectivamente, 80% e 67%, enquanto as importações oriundas desse país evoluíram apenas 12% para o Brasil e 15% para o Estado. Por decorrência, verificaram-se um saldo superavitário para o Brasil, ao contrário do que vinha ocorrendo, e um menor saldo deficitário para o RS.

Essa situação, parcialmente explicada pelas diferenças de estrutura do comércio bilateral e pelos respectivos tamanhos das economias, gerou grandes insatisfações e retaliações por parte dos argentinos e aprofundou as disputas comerciais entre as duas maiores economias do Mercosul. Várias medidas de caráter unilateral foram anunciadas — algumas já adotadas pela Argentina — para dificultar o acesso de alguns produtos brasileiros, como a adoção de cotas e licenças de importação, dentre outras.

Para os argentinos, essas medidas estão de acordo com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), tendo em vista a necessidade de proteger a indústria local, com capacidade ociosa, do elevado crescimento das importações, as

quais estariam impedindo sua recuperação e comprometendo a geração de emprego. Tais medidas atingiram, em especial, os produtos eletrodomésticos — geladeiras, fogões, máquinas de lavar e televisores —, havendo uma ameaça sobre os calçados. Já os representantes do setor eletroeletrônico brasileiro afirmam que as restrições argentinas não se justificam e infringem as regras do Mercosul. A despeito das diferenças de opiniões, o Brasil não manifestou interesse em discutir a situação na OMC. Isto porque, em processos de integração, existem alguns custos que devem ser assimiláveis pelos maiores sócios, sem que isso represente abdicar da reciprocidade. No caso, se o Brasil quiser manter a hegemonia no Mercosul, talvez precise sustentar uma balança comercial deficitária com a Argentina, para favorecer os ajustes necessários a serem realizados nessa economia, já que, para o Brasil, o Mercosul representa, sobretudo, uma questão estratégica de geopolítica, além da inserção no mercado internacional.

Balança comercial do Brasil e do RS com a Argentina — 2000-jul./04



FONTES DOS DADOS BRUTOS: MDIC/SECEX/DTIC/
/Sistema Alice.

Sônia Unikowsky Teruchkin (FEE/NERI)

Persiste a desvantagem dos rendimentos femininos na RMPA

Na última década, a participação feminina no mercado de trabalho cresceu de modo intenso, porém as mulheres continuam se inserindo no mundo produtivo em condições mais desfavoráveis do que os homens. Isso é o que aponta a análise dos dados dos rendimentos do trabalho, por sexo e escolaridade, na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), apurados pela Pesquisa Emprego e Desemprego entre 1993 e 2003.

Em 1993, as mulheres recebiam 65,3% do rendimento médio real dos homens, e, em 2003, essa proporção progrediu, alcançando, todavia, apenas 72,2%. A redução do diferencial entre os rendimentos masculinos e femininos ocorreu num

contexto de retração para os trabalhadores em geral, porém o contingente masculino sofreu importantes perdas (-8,1%), enquanto as trabalhadoras apresentaram acréscimo de 1,6%. A redução da diferença de remuneração entre homens e mulheres deve-se, principalmente, ao comportamento observado para as trabalhadoras com curso superior completo, que experimentaram elevação real (9,1%) em seus rendimentos médios, cujos ganhos passaram de R\$ 1.640 em 1993 para R\$ 1.790 no ano passado, não superando, contudo, o rendimento médio real de R\$ 2.632 que os homens com idêntico nível de instrução obtiveram em 2003.

Rendimento médio real dos ocupados, por sexo e escolaridade, na RMPA — 1993 e 2003

ESCOLARIDADE	1993			2003		
	Feminino	Masculino	A/B	Feminino	Masculino	C/D
	(R\$) (A)	(R\$) (B)	(%)	(R\$) (C)	(R\$) (D)	(%)
Sem escolaridade	285	479	(1) -	(1) -	(1) -	(1) -
Até médio incompleto	442	751	58,9	392	657	59,7
Médio completo e superior incompleto ...	930	1 529	60,8	697	1 077	64,7
Superior completo	1 640	2 866	57,2	1 790	2 632	68,0
Total	683	1 046	65,3	694	961	72,2

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e PMPA.

NOTA: Inflator utilizado IPC-IEPE; valores de jun./04.

(1) A amostra não permite desagregação para essa categoria.

Elisabeth Kurtz Marques (FEE/PED)

Redução da mortalidade da população de 50 anos e mais ainda é insatisfatória

O indicador de expectativa de vida ao nascer, com base no aumento da longevidade da população, calculado no **Censo Demográfico** do IBGE, mostra uma melhoria nos padrões de saúde pública, nas últimas duas décadas, no País. A expectativa de vida no RS e no Brasil era, respectivamente, no ano 2000, de 72,1 anos e 68,6 anos, enquanto, em 1980, era de 65,6 anos e 61,7 anos.

No caso brasileiro, ocorreu uma leve diminuição no percentual de mortalidade da população na faixa etária de 50 anos e mais. Em 1980, esse volume representava 2,52% e baixou para 2,41% no ano 2000. No RS, esse percentual, que era de 2,94%, passou para 2,61%; isso indica que o decréscimo no

RS foi de 11,22%, enquanto, no Brasil, foi de apenas 4,36%, mostrando que a queda foi mais significativa e acentuada no RS.

Os dados revelam que o RS apresenta uma mortalidade na faixa etária de 50 anos e mais superior à média brasileira, porém sua tendência à queda, ao longo dos 20 anos, foi maior do que a do Brasil. Por outro lado, observa-se que o crescimento da expectativa de vida, como era de se esperar, foi maior no Brasil (11,09%) do que no RS (9,94%), exatamente pelo fato de o seu patamar no Brasil ser significativamente inferior ao do RS. Apesar da queda do percentual de mortes aos 50 anos e mais, os percentuais ainda são muito elevados.

Indicadores de expectativa de vida ao nascer e de mortalidade na faixa etária de 50 anos e mais, no RS e no Brasil — 1980 e 2000

DISCRIMINAÇÃO	RS		BR	
	1980	2000	1980	2000
População total (hab.)	7 773 837	10 187 798	118 562 549	171 279 882
População de 50 anos e mais (hab.)	1 113 441	1 983 098	14 429 514	26 183 098
Mortalidade na faixa de 50 anos e mais (hab.)	32 716	51 731	363 679	632 236
Mortalidade na faixa de 50 anos e mais (%)	2,94	2,61	2,52	2,41
Variação % da mortalidade na faixa de 50 anos e mais	-	-11,22	-	-4,36
Expectativa de vida ao nascer (anos de vida)	65,61	72,13	61,76	68,61
Variação % da expectativa de vida ao nascer	-	9,94	-	11,09

FONTE: IBGE.

DATASUS.

FEE.

Hélio Puig Gonzalez (FEE/NIS)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

Carta
de
Conjuntura FEE

Safra de 2004 traz esperanças ao setor vinícola

As informações relativas à produção vinícola no RS refletem, sobretudo, o desempenho dos vinhos comuns, responsáveis por 87% do total produzido. No período 1995-03, os vinhos comuns tiveram um crescimento acentuado entre 1995 e 2000, reflexo do aumento relativo do poder aquisitivo da população pós-Plano Real, e sofreram, a partir daí, uma intensa oscilação. Os vinhos finos tiveram variações menos sensíveis, com tendência decrescente, onde podem ser sentidas as conseqüências das importações.

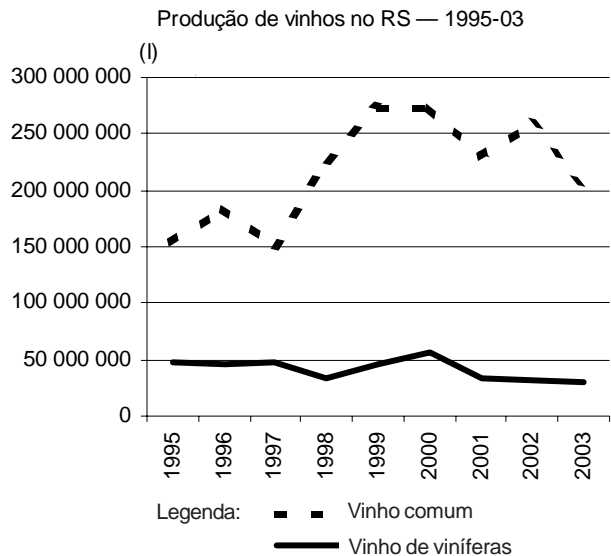
Esses dois segmentos sofrem condicionantes diferentes. O vinho comum, ou de mesa, é elaborado a partir de uvas americanas e híbridas. Esse vinho caracteriza-se por preço reduzido, destinando-se aos consumidores de rendas mais baixas, e não sofre concorrência internacional.

Já o chamado vinho fino, ou de viníferas, é elaborado a partir de uvas da espécie *vitis vinifera* e atende a um mercado consumidor mais exigente. Esse vinho sofre fortemente a concorrência dos vinhos estrangeiros, tanto quanto ao preço como à qualidade.

As perspectivas para os vinhos de viníferas dependem da capacidade de colocar no mercado um produto a preços mais baixos. Quanto aos vinhos de mesa, suas perspectivas dependem de um aumento do poder aquisitivo da população, bem como do desenvolvimento do hábito de beber vinho, que tem sido preterido pela tradicional cerveja.

Em 2004, a safra gaúcha de uvas está sendo considerada muito boa, comparável às de 1999 e 2002. Resta esperar que a

boa qualidade das uvas colhidas possa impulsionar o setor vinícola do Estado, responsável por mais de 90% da produção de vinhos do Brasil.



FONTE: Uvibra.

Embrapa/CNPUV.

Áurea Breitbach (FEE/NEI)

Déficit habitacional no Rio Grande do Sul

A informalidade ou a irregularidade no acesso à habitação são expressivas no meio urbano do RS, o que se evidencia ao se examinarem as **necessidades habitacionais** na ótica regional, segundo os Coredes. O conceito engloba o cálculo do **déficit** (famílias conviventes, domicílios improvisados e cômodos cedidos ou alugados) e o da **inadequação habitacional** (por acesso à infra-estrutura, que pode se dar por carência ou deficiência, ou por adensamento excessivo), realizados com base no **Censo Demográfico 2000**. Verifica-se um déficit de 6,35% nos domicílios existentes no RS, correspondendo a uma falta de 193.852 moradias. Dos 24 Coredes, 11 situam-se acima dessa média, com a pior situação no Fronteira Oeste (8,54% ou 13.523 domicílios). São inadequados por carência ou deficiência de infra-estrutura 35,88% dos domicílios do Estado (1.095.702 unidades), percentual este que é ainda maior em 17 Coredes, com o Médio Alto Uruguai na situação mais dramática. São inadequados por adensamento 3,81% dos domicílios, ou seja, 116.852 unidades, com apenas cinco Coredes detendo percentagem superior, com o Fronteira Oeste como principal destaque negativo (6,42% ou 10.163 domicílios). Das três condições que compõem as necessidades habitacionais, a mais crítica diz respeito à inadequação por deficiência ou por carência de acesso à infra-estrutura, com seis Coredes com percentuais duas vezes superior ao encontrado no RS como um todo. Uma abordagem inicial do problema da habitação, por esse lado, poderia muito bem definir, portanto, a prioridade em termos de formulação de políticas de largo alcance econômico e social.

Percentual de domicílios com déficit e inadequação habitacional, segundo os Coredes, em relação ao total de domicílios do Rio Grande do Sul — 2000

COREDES	DÉFICIT HABITACIONAL	INADEQUAÇÃO HABITACIONAL	
		Por Adensamento	Por Carência ou Deficiência
Alto Jacuí	6,99	2,89	80,08
Campanha	7,35	4,62	31,43
Central	6,48	3,18	47,10
Centro-Sul	5,98	3,39	39,88
Fronteira Noroeste	6,12	1,93	85,60
Fronteira Oeste	8,54	6,42	39,32
Hortênsias-Campos de Cima da Serra	5,46	2,59	27,94
Litoral	5,42	3,56	43,76
Médio Alto Uruguai	6,60	2,10	86,41
Missões	6,45	2,74	82,04
Nordeste	6,43	1,67	64,80
Noroeste Colonial	6,09	2,35	84,16
Norte	7,19	2,51	49,93
Paranhana - Encosta da Serra	5,37	2,73	21,56
Produção	6,79	3,04	67,53
Serra	6,02	1,91	21,68
Sul	6,99	5,41	31,47
Vale do Caí	5,69	1,82	36,56
Vale do Rio dos Sinos	5,85	4,45	11,55
Vale do Rio Pardo	6,46	2,35	46,59
Vale do Taquari	6,33	1,63	51,46
Metropolitano Delta do Jacuí	6,05	5,02	14,37
Alto da Serra do Botucaraí	6,01	2,71	76,38
Jacuí-Centro	5,72	2,83	57,76
Rio Grande do Sul	6,35	3,81	35,88

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico 2000.

Rosetta Mammarella (FEE/NERU)

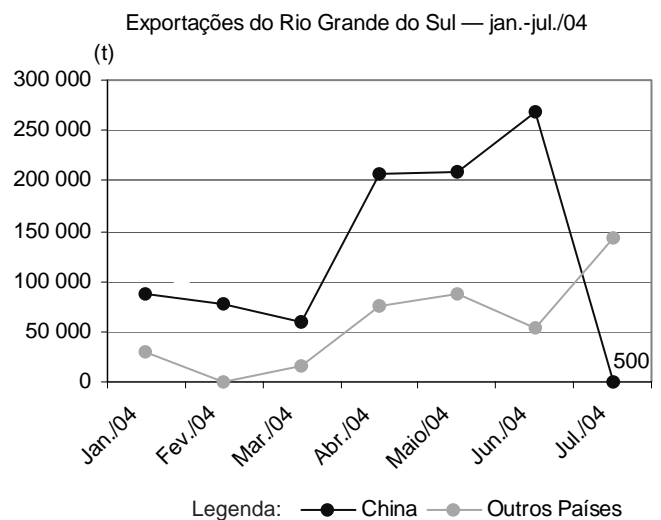
As perdas das exportações gaúchas com a suspensão das vendas para a China

A concentração dos contratos de exportação de soja em grão para a China nos primeiros meses de 2004 fez com que o Rio Grande do Sul fosse o estado mais atingido pelas restrições estabelecidas por aquele país com relação à soja brasileira, a partir de maio. De janeiro a julho de 2004, as exportações gaúchas de soja em grão para a China representaram em torno de 70% do total exportado do grão pelo Estado. A versão chinesa para as restrições decorreria do fato de terem sido encontrados grãos com vestígios de fungicidas — usados para o tratamento de grãos a serem utilizados para o plantio — misturados ao produto oriundo do Brasil, tornando-o impróprio para consumo. Outra explicação seria que os embargos à soja brasileira decorreriam das recentes restrições creditícias naquele país, que, ao encarecerem e limitarem a obtenção de capital de giro pelas empresas, estariam ou comprometendo as margens de lucro das indústrias esmagadoras chinesas ou restringindo a escala de funcionamento das mesmas.

Nos meses anteriores à deflagração da crise, chegou-se a ter um mês em que a totalidade das exportações gaúchas de soja em grão teve a China como destino. A configuração da crise, num primeiro momento, com os navios carregados de soja, oriundos do Rio Grande do Sul, sendo proibidos de descarregar nos portos chineses e a subsequente suspensão dos embarques para aquele país no porto de Rio Grande, praticamente paralisou as exportações gaúchas de soja em grão em junho. De acordo com os dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio (Secex), os efeitos dessa crise para o Estado só ficaram bem claros no mês de julho: enquanto a quantidade média exportada pelo Rio Grande do Sul para a China, nos seis primeiros meses de 2004, foi de 151 mil toneladas por mês, esse volume caiu, no mês de julho, para apenas 500 toneladas. Em termos de perda de receita para o Estado, tem-se que, no primeiro semestre de 2004, o volume de soja vendido para

a China rendia, em média, US\$ 43 milhões mensais. Em julho, a receita obtida com essas exportações caiu para US\$ 155 mil.

Além dessas perdas, a concentração dos negócios do Rio Grande do Sul com a China acabou por dificultar, frente à crise instalada com aquele país, a colocação da soja gaúcha em outros mercados. Mesmo assim, os dados relativos ao mês de julho já refletem a estratégia dos exportadores do Estado de procura de novos mercados para compensar a redução das vendas do grão para a China. Em julho, foram enviadas 78 mil toneladas para a Tailândia, 59 mil para a Holanda e pouco mais de 5 mil toneladas para o Egito, países estes que ou não compravam soja do Rio Grande do Sul, ou importavam do Estado quantidades pouco significativas. Apesar dessas vendas, o total mensal exportado pelo Estado ficou em menos da metade do total exportado nos meses anteriores.



Vivian Fürstenau (FEE/NEA)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 16.09.04).

ISSN 1517-7264

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editoriais. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 1.200 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Aod Cunha de Moraes Junior
Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia
Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Octavio Augusto Camargo Conceição e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br
www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Luz Da Alva Moura da Silveira.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidônia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes, Lenoir Buss e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.